



## CEGUEIRA NOSSA DE CADA DIA E TEORIA DA PANÓPTICA: POLÍTICA DE MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS

Érico José dos Santos<sup>1</sup>

*Prefeitura Municipal de Itabuna*

Gabriela Sousa Rêgo Pimentel<sup>2</sup>

*Universidade do Estado da Bahia*

### RESUMO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, faz parte das discussões sobre Políticas Públicas Educacionais, com enfoque no processo de transposição de escolas da Educação Básica para o modelo cívico-militar. Trata-se de compreender o crescimento exponencial do número de escolas da Educação Básica que tiveram a gestão escolar transferida para a Polícia Militar da Bahia (PMBA). Nesse sentido, buscou-se como objetivo geral discutir os efeitos da gestão militarizada para a dimensão democrática e participativa destas escolas. A pesquisa está sendo realizada a partir da abordagem qualitativa, empregando o Método Delphi e como referencial analítico a teoria foucaultiana. A recolha dos dados iniciais fornece indícios do caráter burocrático da instituição Polícia Militar repercutindo na dificuldade de acessos a informações fundamentais para o aprofundamento das análises. Nessa perspectiva, consideramos que a gestão democrática não é um caminho pronto, da mesma maneira, é um processo que não ocorrerá espontaneamente, desenrola-se em uma dinâmica de relações de poder.

**Palavras-chave:** Escolas militarizadas; Educação básica; Políticas educacionais; Gestão democrática.

### OUR EVERYDAY BLINDNESS AND THEORY OF PANOPTICS: POLITICS OF MILITARIZATION OF PUBLIC SCHOOLS

### ABSTRACT

This article is an excerpt from an ongoing doctoral research, which is part of discussions on Educational Public Policies, focusing on the process of transposing Basic Education schools into the civic-military model. The aim is to comprehend the exponential growth in the number of Basic Education schools whose school management has been transferred to the Bahia Military Police (PMBA). In this regard, the overarching objective is to discuss the effects of militarized management on the democratic and participatory dimension of these schools. The research is conducted through a qualitative approach, employing the Delphi Method, and utilizing Foucauldian theory as the analytical framework. The collection of initial data provides indications of the bureaucratic nature of the Military Police institution, leading to difficulties in accessing essential information for in-depth analysis. From this perspective, we consider democratic management not as a ready-made path but as a process that will not unfold spontaneously; it evolves within a dynamic of power relations.

<sup>1</sup> Mestre em Educação – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Gestor Escolar da Educação Básica na Prefeitura Municipal de Itabuna-Bahia (PMI), Itabuna, Bahia, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Álvaro Pinho Lima, nº 95, Térreo, Jaçanã, Itabuna, Bahia, Brasil, CEP: 45.608-440. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0247-2506>. E-mail: [ejsjp@hotmail.com](mailto:ejsjp@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Professora Titular e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), da Universidade do Estado da Bahia. Líder do grupo de pesquisa: Educatio – Políticas Públicas e Gestão da Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4278-0573>. E-mail: [meg.pimentel@uol.com.br](mailto:meg.pimentel@uol.com.br)

**Keywords:** Militarized schools; Basic education; Educational policies; Democratic management.

## NUESTRA CEGUEIRA COTIDIANA Y TEORÍA DE LA PANÓPTICA: POLÍTICAS DE MILITARIZACIÓN DE LAS ESCUELAS PÚBLICAS

### RESUMEN

Este artículo es un extracto de una investigación de doctorado en curso que forma parte de las discusiones sobre Políticas Públicas Educativas, centrándose en el proceso de transposición de escuelas de Educación Básica hacia el modelo cívico-militar. Su objetivo principal es comprender el crecimiento exponencial del número de escuelas de Educación Básica cuya gestión escolar ha sido transferida a la Policía Militar de Bahía (PMBA). En este contexto, se busca discutir los efectos de la gestión militarizada en la dimensión democrática y participativa de estas escuelas. La investigación se lleva a cabo mediante un enfoque cualitativo, utilizando el Método Delphi y la teoría foucaultiana como marco analítico. La recopilación de datos iniciales proporciona indicios de la naturaleza burocrática de la institución de la Policía Militar, lo que dificulta el acceso a información fundamental para profundizar en los análisis. Desde esta perspectiva, consideramos que la gestión democrática no es un camino preestablecido, sino más bien un proceso que no ocurrirá de manera espontánea, sino que se desarrolla en una dinámica de relaciones de poder.

**Palabras clave:** Escuelas militarizadas; Educación básica; Políticas educativas; Gestión democrática.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

"Se queres ser cego, sê-lo-ás"  
*Ensaio sobre a cegueira – José Saramago*

O filme “Ensaio sobre a cegueira” (2008) se inicia em uma cidade, onde um motorista, parado em um sinal de trânsito é, de repente, acometido de uma cegueira repentina. Porém, a obra do autor português José de Sousa Saramago, levanta questões bem mais latentes sobre as idiosincrasias humanas e a vulnerabilidade das estruturas sociais. O autor comunica muito mais sobre a cegueira nossa de cada dia, do que sobre o grande colapso acometido por um surto de “cegueira branca” que se espalha pela cidade e atinge grande número de pessoas... nos referimos a cegueira daqueles que insistem em não enxergar, nos olhares cristalizados nos estereótipos socialmente construídos.

Por ser dois tipos muito específicos de exercício de reflexão, transversalizar a cegueira nossa de cada dia com o Panóptico de segurança total, que tem como principal característica o controle por meio da visibilidade total, se configura como desafiador, dada a sua natureza contraditória. Se por um lado, a cegueira ideológica implica a distorção da realidade, por outro, esse dispositivo se tornou o paradigma dos sistemas sociais de controle e vigilância total.

Nessas circunstâncias, a crescente expansão militarista, em um regime político-democrático (seria importante pontuar?), institucionaliza, em 2019, como política educacional nacional a transferência da gestão de escolas públicas para a Polícia Militar. Desse modo, consolidou-se na sociedade brasileira a percepção de que escolas militarizadas constituem instrumento de melhoria do aumento da eficiência e da efetividade da qualidade da educação.

Nesse sentido, a esfera da educação escolar, o ensino público de qualidade é uma necessidade e um desafio fundamental. O sistema de ensino precisa oferecer respostas concretas à sociedade, apresentando quadros que indiquem a melhoria dessa qualidade, capazes de proporcionar elevação dos níveis a curto e médio prazo. Pressupostos defendidos pelos organismos internacionais como parte integrante da agenda político-econômica neoliberal, cuja concretização implica a adoção de práticas de interação direta entre a educação, as forças do mercado e a sociedade.

Com estas preocupações, empreendemos uma pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC,) no âmbito do Grupo de Pesquisa CNPq EDUCATIO – Políticas Públicas e Gestão da Educação, com o objetivo de entender os efeitos da gestão militarizada para dimensão democrática e participativa em escolas públicas da Educação Básica. Trata-se de buscar compreender a expansão da hipermilitarização de escolas da educação básica apresentar-se como uma característica do tempo presente, como “nova” arena político-administrativa que reconfigura os procedimentos decisórios das escolas, desde a fase de objetivos, da formulação e implantação do projeto educacional a avaliação.

Portanto, uma proposição lógica se impõe, a partir dessa problematização: **quais os efeitos da gestão militarizada para dimensão democrática e participativa em escolas públicas da Educação Básica?** Esta problemática coloca no centro das preocupações questionamentos que emergem e direcionam essa pesquisa, tais quais: a circulação de políticas internacionais, sob orientação de organismos multilaterais, tem interferido na organização e gestão da escola, em contextos sociais geograficamente situados? Como o processo de reordenamento da escola pública, marcados pelas dinâmicas de

militarização da educação altera a finalidade da educação e os pressupostos da gestão democrática?

Assim, os estudos teóricos e as discussões se apresentam para aprofundar a compreensão a respeito dos alicerces que sustentam os mecanismos de concepção e operação das políticas educacionais, no que se refere à gestão educacional em seu caráter democrático. De modo, que fique evidenciado o risco de uma simplificação excessiva do conceito de democracia. Por saber que a gestão democrática não é um caminho pronto e se trata de um processo que não ocorrerá espontaneamente, desenrola-se em uma dinâmica de relações de poder.

### **CANSAÇO NOS OLHOS?: PANOPTISMO E A INDUÇÃO A EFEITOS DE PODER...**

Embora a Teoria Panóptica de Michel Foucault, apareça nos textos escritos pelo autor há quatro décadas, o panóptico é um conceito que se refere a um modelo de vigilância total, onde as pessoas são constantemente observadas. O modelo idealizado por Jeremy Bentham (1789), se insere em uma nova proposta de tecnologia política e destaca-se por produzir o olhar normalizador do indivíduo sobre o próprio indivíduo.

Bentham criou um mecanismo arquitetônico aplicável a instituições de controle como prisões, hospitais, escolas e outras. Todavia, o panóptico não é um simples modelo arquitetônico, capaz de suprir as necessidades específicas de controle do comportamento dos “prisioneiros” e constitui uma ordenação visual do poder, inserido nos processos organizacionais da sociedade humana. Dessa maneira, torna-se este último um caso particular de uma reflexão mais ampla, com recortes de análises da visualidade na obra foucaultiana, ancorados a partir da problematização de estratégias do biopoder.

Embora tenha sido originalmente concebido para instituições associadas ao público prisional, criando uma prisão perfeita, Foucault o aprofunda e inventa a concepção do panoptismo, outrora apresentado com a noção de panóptico por Jeremy Bentham. Para Foucault, o panoptismo supera a ideia de um projeto arquitetônico de supervisão de detentos, perpetrando as necessidades de utilização política que

funcionaria em diferentes áreas das relações sociais, embora as pessoas não estejam presas:

É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico pode ser utilizado (Foucault, 1987, p. 181).

A conclusão de Foucault, é que dentro da própria sociedade e pelos próprios observados, o panóptico passaria a ser incorporado como valor a ser exercido para além dos espaços dos reclusos. O que torna a educação um campo fecundo para o desenvolvimento desse tipo de tecnologia política, onde o conceito de governamentalidade ultrapassa o aparente simplismo do panóptico. O que implica situar a escola numa relação entre poder, visibilidade e espaço, ou por que não visibilidade do poder?

Deparamos, pois, com problemas contidos, que exigem análises mais atentas, passíveis de estabelecer relações conflituosas no ambiente escolar, uma vez que a Polícia Militar, instituição hegemonicamente fechada, ao fazer parceria com as secretarias municipais da educação, oportuniza aos militares acesso a gestão de escolas públicas no âmbito da educação básica, nesses termos o que podemos esperar, uma “pretensa” ou “simulada” gestão democrática?

Isto posto, em cerimônia no Palácio do Planalto, o governo federal lançou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), que previa a implementação de 216 colégios até 2023, 54 por ano, a começar por 2020. O quantitativo era o dobro do anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) no Compromisso Nacional pela Educação Básica, em julho do mesmo ano (Brasil, 2019). Esse programa é regulamentado pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da Educação Básica no ensino fundamental e no ensino médio, desenvolvido pelo MEC com o apoio do Ministério da Defesa (Art. 1º).

Em caráter complementar a outras políticas de melhoria da qualidade da educação básica, o documento predica a colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, que aderirem à iniciativa, estabelecendo um conjunto de ações na garantia do fomento e fortalecimento da gestão didático-pedagógica e administrativa. Nessa direção através de decreto presidencial nº 10.195/2019, instituiu-se a Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares, como órgão específico singular do Ministério da Educação, e um meio de garantir a criação de colégios militares, a implementação de políticas, a cooperação entre sociedade civil e militar.

Conscientes de que o documento legal, por si só não produz mudanças, uma vez que a produção de resultados perpassa pela dinâmica das relações sociais, os legisladores, apontam como princípio a cooperação com os órgãos entes federativos e entidades públicas e privadas para a implementação do modelo de Escola Cívico-militar. No esforço de garantir o aparelhamento ideológico, com o objetivo de convencer e mobilizar as diferentes camadas sociais da população. A investidura desse modelo por parte do MEC representa uma incursão no processo de militarização das escolas públicas, já que, passa de um “espectro” – experiência isolada em alguns estados, para a condição de política a ser adotada/consolidada em todo o país.

É desta perspectiva que considera a implantação do Pecim no sistema de ensino público, assumindo contornos de uma política de melhoria da qualidade da Educação Básica, que se constitui como regulação estatal sobre a educação, a partir de construtos hegemônicos. Embora reconheçamos, que na vigência do direito a educação se imbrica na convivência contraditória entre as finalidades da educação e da segurança pública.

Esta discussão é para compreendermos o que está em risco com a parceria estabelecida entre poder público municipal e a Secretaria de Segurança Pública. Considerando que uma escola se apresenta como um lugar de poder, como campo tático do Estado. Desse modo, a formulação de políticas com base em argumentos, sem estudos técnicos e amplo debate com os segmentos representativos da sociedade, se revela como parte e processo de uma estrutura coordenada pelo poder hegemônico do capital (Frasson, 2019).

A expansão vertiginosa da militarização das escolas em nível municipal, sobretudo, no governo presidencial de 2019 a 2022, remete a necessidade de estudos e debate da temática, em especial, as Escolas Cívico-Militares (Ecim), onde o discurso emergencial, utilizado para implantação (transposição das escolas de educação básica para o modelo Cívico-Militar) está pautada em dados estatísticos de violência escolar e o baixo desempenho apresentado pelos estudantes nas avaliações externas.

Em uma sociedade onde cresce a reivindicação pela participação, autonomia e contra toda forma de uniformização, cresce também o projeto político governamental traçado para educação brasileira que articula objetivos econômicos, voltados a interesses desvinculados da realidade e das necessidades sociais do país.

Os organismos multilaterais, em particular os ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), tem tido um papel central na difusão de novas abordagens, definindo uma agenda reformista, marcada pela mudança dos referenciais de planejamento e gestão da educação. É nessa conjuntura internacional, de crescente consenso em torno da agenda neoliberal que assistimos ao agravamento do pluralismo político, marcado pela modernização presente nas Políticas Públicas Educacionais, caracterizada pela globalização da economia, aprofundando os desafios para a instituição de um modelo democrático de gestão escolar.

Identificamos, nesse processo, um interesse cada vez maior de agentes de diferentes correntes políticas pelo avanço da militarização nas escolas públicas brasileiras. Apesar da presença dos militares no âmbito educacional brasileiro não ser algo novo, ressaltamos que a ampliação desses colégios teve um impulso vertiginoso com o lançamento do Pecim pelo governo federal, reconfigurando o cenário de militarização na educação, uma vez que as escolas municipais também podem ser militarizadas. Se por um lado a sociedade civil organizada não reconhece a problemática política, centralizando as discussões no excelente desempenho instrucional dessas escolas, adaptando-as lentamente ao sistema econômico, social e político que a domina. Por outro lado, para a maioria dos pais, o que conta, de fato, não é a formação integral, o aprofundamento da personalidade dos seus filhos, mas a instrução para enfrentar exames, ocupar cargos cobiçados, ingressar em determinada universidade.

No outro polo, diante dessas duas concepções interessadas, que não levam absolutamente em conta o ponto de vista do estudante, os verdadeiros objetivos educacionais, o processo de formação identitário dos estudantes, o contexto social que determina culturas cívicas, o espaço geográfico no qual a escola está inserida. Encontram-se os sujeitos sociais dessa problematização, quais sejam: pesquisadores, professores civis com atuação em colégios militares e escolas cívico-militares, agentes de movimentos de sociais, membros dos conselhos para o efetivo exercício do controle social.

Na Bahia, chama a atenção à expansão da Gestão “Compartilhada” com os militares, a partir do convênio com o Sistema de Ensino dos Colégios da Polícia Militar (SECPM). A iniciativa que começou em 2018, já abarca 58 municípios baianos e conta com adesão de 53 unidades de redes municipais. A pesquisa revelou a existência de município com proposta de ampliação do número de escolas de um para cinco, caracterizando-o como de maior quantidade de escolas com essa inserção no vetor disciplinar.

No território de identidade Litoral Sul composto por 26 municípios, contexto da presente pesquisa, em registros extraídos na Secretaria Municipal de Educação, consta a informação que em 2019, um dos municípios dispunha de 12 instituições com atendimento ao Ensino Fundamental – Anos Finais, sendo um no modelo “cívico-militar”. Nesses mesmos registros, verifica-se a assinatura dos termos de cooperação técnica entre a Prefeitura Municipal e PMBA que oficializa a extensão do vetor disciplinar para mais quatro escolas da Rede Municipal de Ensino. Com a assinatura dos termos de cooperação técnica, o referido município passa a ter não só a maior escola do Estado da Bahia a contar com o vetor disciplinar (com quase 1.400 estudantes), como também passa a ser a cidade a ter a maior quantidade de escolas a contar com a inserção deste novo modelo de gestão.

A Constituição Federal de 1988 deu autonomia aos municípios para criar seus sistemas municipais de educação, eles passaram de meros executores de decisões de outras instâncias, e tornaram-se espaços reais de poder. Inclusive, autonomia para: legislar, regulamentar, acompanhar e avaliar os serviços prestados à comunidade. Isso

não se deu por acaso, foi mediado por processos dinâmicos que se adaptaram, “não se pode negar, nesse processo, a possibilidade de uma dinâmica conflitiva, envolvendo correlação de forças entre diferentes segmentos ou classes sociais” (Boneti, 2007, p.12).

Nesse contexto, procurando compreender os processos que, em cada realidade, engendram um determinado padrão, empreendemos a análise da Lei. nº 2.497, de 24 de janeiro de 2020, que estabelece normas para a cooperação técnica e financeira para a implantação do Projeto de Gestão Compartilhada entre o Município e a Polícia Militar da Bahia, com vetor disciplinar nas escolas desse município.

Para efeito desta análise, e considerando a especificidade do sistema municipal de educação, é passível de reflexão as concepções de organização política, técnica e pedagógica que norteiam a ação do governo municipal no tocante à proposição de compartilhamento da gestão nas escolas.

Conclui-se dessas considerações que os eixos norteadores das ações políticas são: a supervalorização da eficácia, tratada como parâmetro da qualidade. Assim, incide no paradigma da escola como empresa, vinculando-a aspectos economicistas. Não significa ignorar o contexto político-econômico, no entanto, a escola não pode estar subordinada ao modelo econômico e a serviço dele (Libanêo, 2016).

Nessa ótica, a discussão sobre tais políticas articula-se a processos mais amplos, perpassando pela política de responsabilização da gestão que relaciona de forma direta e cada vez mais frequente os resultados dos sistemas externos de avaliação, em que a escola e seus dirigentes são responsabilizados pelos resultados dos alunos (*accountability*). Como implicação, o Art. 8º, institui a função de diretor militar (militar da reserva ou reformado) no âmbito do termo de cooperação técnica, que tem como competência notificar, ao final de cada trimestre, aos pais ou responsáveis legais, sobre frequência ou rendimento escolar.

As investigações de Mendonça, tomando como exemplo a experiência em curso no Distrito Federal, levam a confirmar:

Sob o nome de Gestão Compartilhada e não de militarização das escolas públicas, o projeto piloto prevê uma estrutura de gestão em que as atividades de direção escolar são divididas em duas vertentes, a Gestão Disciplinar Cidadã, sob responsabilidade da PMDF e a Gestão Pedagógica, sob

responsabilidade da SEEDF, ambas possuindo o mesmo nível de hierarquia e submetidas à Gestão Estratégica, esta sob comando da PMDF e cuja estrutura administrativa será disposta em portaria complementar que ainda não chegou a ser divulgada. (Mendonça, 2019, p. 599)

Tal cenário contribui, sobremaneira, para o desfiguramento da identidade dos profissionais da educação que atuam na gestão das escolas, onde a presença do militar na educação reorienta para uma gestão de resultados de modo a “garantir a melhoria da performance dos estudantes nas avaliações de desempenho em larga escala”. (Saraiva e Souza, 2020).

É desafiador resistir aos ataques lançados pelas políticas econômicas contra a educação. Nesse sentido, a análise das propostas, baseadas em pressupostos neoliberais para “crise” da escola, prima pelo simplismo de seu diagnóstico e de suas soluções. Passando o hibridismo a se configurar como anacronismo estrutural dentro do quadro jurídico e teórico que define a gestão democrática. “No Brasil, o paradigma de gestão educacional ainda se confronta com obstáculos de caráter histórico, político e cultural” (Palazzo, Pimentel, Oliveira, 2011, p. 4).

A distorção dos princípios que regem a gestão democrática das escolas, nesse caso específico, arrola-se na convivência contraditória entre as finalidades da educação e da segurança pública, o que se constitui como regulação estatal sobre a educação, a partir de construtos hegemônicos. Ao contrário do que se pressupõem os formuladores, a política neoliberal indutora da melhoria da qualidade da educação, desconsidera as nuances do contexto local, onde a localização social, apresentam variáveis significativas, existentes nesse complexo processo. Por isso,

Dessa forma procuramos oferecer um quadro por meio do qual incorporamos essas preocupações contextuais dentro da análise de política educacional, não como um modelo abrangente, como um dispositivo heurístico, para incentivar a investigação e o questionamento e para, frequentemente, iluminar, aspectos deixados de lado da política em cena. (Ball, 2016, p. 35)

Na visão do autor, as políticas são colocadas em ação em condições materiais, com recursos variados em relação a determinados problemas. Em outras palavras, um quadro de atuações políticas precisará considerar um conjunto de condições objetivas em relação a um conjunto de dinâmicas interpretativas subjetivas. (Ibidem, p.37)

Contraditoriamente é incomum, nos ordenamentos jurídicos, considerar aspectos contextuais que alicercem as análises. No entanto, em contraposição temos nas escolas, pessoas em situações reais, conduzindo resultados a partir de desafios, correlação de forças dos agentes da política local – formas de atuação das políticas que acontecem dentro e em torno das escolas.

Desse modo, a indução desse novo modelo de gestão, “compartilhada”, “joga” nos “ombros” da gestão a responsabilidade de “salvar” a escola, onde há uma reiterada priorização de metas e objetivos estabelecidos por instâncias superiores, em detrimento de aspectos pedagógicos, que tome como base a existência e/ou a coexistência de objetivos próprios da unidade escolar, construídos coletivamente a partir de diferentes configurações possíveis de autonomia da escola, relacionado ao contexto em que ela se desenvolve.

#### **QUANDO OLHASTE BEM... TECNICAMENTE FALANDO, DE QUEM É A RESPONSABILIDADE DA CONSTITUIÇÃO DO PROJETO DE ESCOLA?**

É possível uma escola sem autonomia para estabelecer executar e avaliar seu projeto. Autonomia e participação figuram como pressupostos do projeto político pedagógico? A escola entende que está inserida num cenário marcado pela diversidade? A pluralidade dos projetos faz parte da história da instituição? Por fim, mas não menos importante: a gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam seus dirigentes e gestores, e não apenas meros receptores dos serviços educacionais?

Há nessas ponderações duas razões que justificam a tematização da gestão democrática, frente a proposta de partilhamento com os militares. A primeira, certamente, é que existem limitações e obstáculos à instauração de um processo democrático. A segunda é que a gestão democrática da escola é um processo importante do aprendizado da democracia. Na prática, frequentemente o Estado coloca de maneira mais ou menos autoritárias suas exigências limites em declarações de princípios consignados em documentos.

Nesses termos autonomia e democracia representam duas categorias estratégicas no contexto histórico de busca do fortalecimento da identidade das escolas públicas. E é justamente nesse contexto que vem se desenhando, paralelamente, um projeto autocrático de gestão escolar em diversas partes do país, como uma alternativa de ação salvífica, com centralidade no enfrentamento da questão da violência/indisciplina e ênfase nos excelentes resultados nas avaliações. Pode-se dizer, que tais categorias, tão desejadas, e ainda tão longínquas em razão do arraigado processo de centralização do sistema educacional brasileiro, pelas elites, quanto pelas fortes corporações, pode a vir experimentar significativa ruptura no processo de implantação do projeto vetor disciplinar, amainando o sentido de representatividade das relações de poder dentro da escola.

É na própria Constituição promulgada em 1988, que o termo “democracia participativa” está atrelado a criação de instrumentos que possibilitem ao povo exercer o poder “diretamente” (Art. 1º). No caso específico da educação, estabelece o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, bem como, preconiza a “gestão democrática do ensino público” (Art. 206). Tais princípios configuram-se como fundamentos contorcionais da autonomia das escolas. Pode-se afirmar que a autonomia faz parte da própria natureza da educação. O sentido que aqui nos interessa, para compreender melhor o objeto desta investigação é: qual o lugar da “participação democrática” e/ou da “autonomia” numa gestão escolar militarizada?

É irônica a ideia de complementaridade de ambos os termos: “participação democrática” e “gestão militarizada”. Particularmente, entre o diretor pedagógico, cargo assumido pelo professor civil, e o diretor militar, cargo ocupado por um oficial da corporação. Na concretude das vivências, na tomada das decisões, na sistematização do projeto educativo, o conceito de participação assumiria um papel menor? A opção na ênfase, aqui assumida, se dá pela predominância dos perigos inerentes à ampla participação em um contexto que marca emblematicamente a perda da autonomia e o reordenamento, administrativo e pedagógico, de escolas que há anos prestam serviços as comunidades onde estão inseridas e que passam a submeter-se às exigências que

hierarquiza o desempenho contínuo e permanente do desenvolvimento profissional do gestor escolar.

A adesão ao projeto de militarização das escolas públicas requer reorientação dos investimentos públicos em educação, comprometendo outros níveis de ensino, configurando-se em alguns aspectos como processo de deterioração do projeto educativo de escolas que estão situadas em contextos geográficos similares. O volume de investimentos para o município entregar escolas públicas nas mãos dos militares, pautado no discurso intervencionista, do Estado, para expandir oportunidades educacionais e oferecer qualidade e eficiência, configura-se como uma incógnita, havendo a necessidade de transparência da aplicação do volume dos recursos.

Traduzido, sobretudo, pela política de militarização de escolas da educação básica, o que na maior parte das questões implica a readaptação dos objetivos da educação e voltando ao que dizíamos sobre a responsabilidade da constituição do projeto de escola, reafirmar-se que as políticas educacionais podem ser entendidas como fração das políticas públicas, atendendo ao conjunto de medidas que devem reduzir ao mínimo as desigualdades sociais. Daí a necessidade de um sistema de ensino onde autonomia e participação figurem como ponto fulcral.

## **METODOLOGIA**

Tanto a exigência de superar a cegueira ideológica, quanto a exigência de compreender aspectos da evolução da teoria panóptica como um tipo de tecnologia política e em função do objeto a ser construído tomamos como percurso metodológico, optando por pesquisa qualitativa, pretendendo empregar o Método Delphi como referencial da pesquisa. O método destina-se a composição de um painel com o objetivo de alcançar o consenso de um grupo de especialistas e pesquisadores, por meio de sucessivas rodadas (rounds) de questionários, intercalados de feedback controlado das opiniões. De acordo com Thomas e Nelson (2002), entre as diversas definições possíveis o Método Delphi se caracteriza como uma forma de encontrar consenso entre especialistas sobre pontos relevantes da sua realidade e de contextos correlatos.

Para Linstone & Turoff (2002, p.3), o Delphi é um método para estruturar um processo de comunicação coletiva de modo que este seja efetivo, permite também que o grupo de indivíduos seja conduzido a estabelecer consenso acerca de um problema complexo. Na percepção dos autores, a aplicação do Método Delphi pode ser realizada em uma surpreendente variedade de áreas. Por isso,

Este método permite estudar, dentro do campo da educação, diferentes aspectos, como: criação e validação de instrumentos de coleta de dados; identificação de perfis profissionais; identificação de demandas, necessidades e tendências no campo educacional; e avaliação de cursos, currículos e sistemas avaliativos. É uma ferramenta valiosa para estudos de avaliação, de planejamento e de elaboração de políticas educacionais. Por certo, são dimensões fundamentais para o desenvolvimento da educação em qualquer nível, estrutura ou sociedade (Antunes, 2014, p. 70).

A metodologia escolhida se estrutura na possibilidade de coleta de dados a partir de questionários que são respondidos, de forma sequencial, individualmente, por especialistas e pesquisadores, com informações sintetizadas sobre as respostas do grupo aos questionários anteriores, de forma a estabelecer uma espécie de diálogo entre os participantes e, progressivamente, estruturando uma resposta coletiva. Além disso, a Internet apresentou-se como uma grande aliada na aplicação da Metodologia Delphi, sendo cada vez mais comum o uso da tecnologia da informação para promover a coleta e análise de dados de pesquisas em diferentes áreas.

Nessa direção, para mensurar a realidade sobre o objeto em estudo, utilizaremos, na composição dos questionários, a escala de Likert, de cinco pontos, instrumento científico de observação e mensuração de fenômenos sociais idealizada com a finalidade de medir as atitudes por meio das opiniões de forma objetiva (Likert, 1932).

Alguns autores, como Gupta e Clarke (1996), argumentam que a obtenção de consenso não é sempre possível ou desejável, ao contrário de outros métodos de planejamento e previsão, o objetivo do Delphi não é chegar a uma única resposta, mas alcançar resposta e opiniões de qualidade, de um grupo de especialistas. Para tanto se aproveita a sinergia do debate no grupo e se eliminam as interações sociais indesejáveis que existem dentro de todo grupo pesquisado.

No método são estabelecidas três condições básicas: o anonimato dos respondentes; a representação estatística da distribuição dos resultados; a interação e a realimentação controlada, para avaliação nas rodadas (rounds) subsequentes.

Diante desse contexto, ao propormos uma análise das implicações para a dimensão democrática e participativa da implementação da gestão “compartilhada” com os militares para escolas públicas da periferia urbana, pretendemos um debate considerando, principalmente os pontos de vistas opostos sobre a política e sua implantação, para explorar alternativas, alterar e/ou melhorar a política para interagir com representantes da comunidade.

Para tal, a população-alvo da investigação, os sujeitos desta pesquisa, serão escolhidos contemplando três cenários, a saber – cenário um: universo militar; cenário dois: universo acadêmico; cenário três: universo escolar. Dessa forma, explicitamos na descrição do estudo, os critérios de inclusão para a composição da amostra, com a finalidade de detalhar os cenários de representação dos sujeitos da investigação, enquanto procedimento metodológico.

Cenário um – contempla a população-alvo do universo militar, conforme discriminado a seguir:

- profissionais com formação superior na academia de polícia militar, atuando em funções gerenciais;
- diretor militar atuando em escolas cívico-militar;
- coordenador de disciplina com formação superior;
- tutor disciplinar com formação superior;

Cenário dois - neste estudo, relaciona-se à população-alvo do segmento acadêmico, assim discriminada:

- professor pesquisador de diferentes áreas da educação;
- técnico em assuntos educacionais;
- alunos de programa de pós-graduação em educação, com linhas de pesquisa com centralidade em políticas educacionais;

O cenário três - neste estudo, refere-se à população-alvo do segmento gestão, a saber:

- diretor pedagógico de escolas cívico-militar;
- vice-diretor de escolas cívico-militar;
- secretário de educação, com atribuições no que se refere aos termos de cooperação técnica que oficializa a implantação de escola cívico-militar.

Powell (2003), assinala que grupos heterogêneos produzem tendencialmente soluções de maior qualidade e aceitação. Dessa maneira, fundamentamos a composição da escolha dos especialistas, para composição do painel, na concepção que é importante o equilíbrio entre imparcialidade e interesse no assunto, de forma que sejam variadas em termos de experiências, áreas de especialidades e perspectiva em relação ao problema.

Instituído os procedimentos metodológicos de constituição de dados, recorreremos à utilização da Análise de Conteúdo como metodologia de análise de dados, de acordo com o objetivo proposto e buscando responder à questão de investigação. Nesse contexto, apresentamos, o desenvolvimento da pesquisa baseado em Bardin (2011) que indica três etapas para realizar uma análise científica: Pré-análise; Exploração do material; Tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

Triviños (1987), defende que a Análise de Conteúdo, além de método de análise único, pode servir de auxiliar em pesquisas mais complexas, fazendo parte de uma visão mais ampla. Nesses termos, a técnica apresenta-se como de grande potencialidade de compreensão e interpretação das formas simbólicas de dominação e poder, uma vez que, o compartilhamento da gestão com os militares é um processo político, que lida diretamente com as relações de poder: pela autoridade, pela legitimidade e pelo domínio dos signos, dos sentidos e das interpretações.

Na análise tomamos como referencial analítico a teoria foucaultiana, para compreender conceitos e noções que remetem a uma compreensão crítica das relações de poder. Com o intuito de apresentar/revelar as diferentes facetas da gestão a partir do conceito de biopoder, buscando compreender a relação entre poder e governamentalidade. Michel Foucault propôs a teoria da microfísica do poder (1979), onde analisa as relações de poder como um aspecto fundamental no desenvolvimento

das relações, especialmente aquelas de natureza política. Nas palavras desse filósofo, deve-se compreender o poder, como multiplicidade das correlações de forças, cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei e nas hegemonias sociais.

## ANÁLISES E RESULTADOS

Embora a pesquisa tenha passado por algumas contingências, devido à pandemia e ao caráter burocrático da instituição Polícia Militar, buscamos explicitar neste artigo resultados preliminares da pesquisa de doutorado em andamento, uma descrição prévia.

As pesquisas de Pós-Graduação na área da educação apresentam pouca utilização do Método Delphi, embora demonstrem excelentes aplicabilidades. Considerando o método de pesquisa e sua aplicação instituímos os procedimentos metodológicos de constituição de dados, seguindo as seguintes etapas de uma pesquisa em desenvolvimento inicial: definição do problema a ser explorado; seleção dos especialistas para participação do processo; preparação para a primeira rodada (rounds) – convite /esclarecimento sobre os o objetivo do Delphi e da participação dos especialistas; elaboração/encaminhamento do questionário para certificação (pré-teste).

Desse modo, a pesquisa encontra-se agora na fase de preparação para a primeira roda (round), não havendo até esse momento sumário estatístico que se refira a índices de consenso, bem como, análise do grau de interferência de cada indicador. Entretanto, os estudos teóricos até aqui realizados oportunizou a criação do quadro de categorias, e posteriormente as rodadas (rounds) precisam ser cruzadas com as informações dos atores sociais que integram o painel de especialistas que participarão do processo.

Quadro 1- Categorias de Análise

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	CRITÉRIO DE CATEGORIZAÇÃO
Escola e democracia	processo de transformação antidemocrático;	Estado; sociedade; legislação; função da segurança pública; função da escola;

	rupturas de direitos fundantes;	Participação; liberdade; tomada de decisões; descentralização dos poderes; cidadania; representatividade plural; imposição; poder sobre outro; censura; controle;
	tendências ultraconservadoras;	Agendas alinhadas a políticas internacionais ultraconservadoras;
Militarização de escolas públicas	crescente expansão militarista;	Hipermilitarização; transferência de gestão de unidades públicas para a Polícia Militar; vetor disciplinar; institucionalização como política educacional.
Gestão escolar, governamentalidade e biopoder	gestão compartilhada	Pacotes educacionais de militarização das escolas públicas; gestão pedagógica; gestão militar; monitoramento; esquadramento; autovigilância; partilha de poder;
	projeto de gestão em disputa;	Tensões; retrocessos; gestão democrática sob ameaça;
	efeitos da militarização na gestão democrática	Democracia; educação escolar; Estado democrático de direito; propriedade sobre a vida do outro; tecnologia política; dispositivos disciplinares;

## CONCLUSÃO

Os estudos aqui relatados, buscando uma interlocução com a cegueira nossa de cada dia e o Panóptico de segurança total, examinaram o papel das políticas na garantia do direito constitucional da gestão democrática, com ênfase na política pública municipal, que apresentou uma perspectiva de ampliação da rede de cobertura de escolas militarizadas, embora a análise do conjunto de estratégias/ações aponte resultados contraditórios para os efeitos da gestão militarizada na **dimensão democrática e participativa em escolas públicas da Educação Básica**. Ao aproximarmos esses estudos da teoria foucaultiana, abrimos caminhos para a miríade de relações de poder, as quais muitas vezes acentuam a dicotomia entre a cegueira ideológica e a concepção expressa pelo arquétipo da visão total.

Por estas razões espinhosas a questão da crise da escola é vista desligada dos problemas de natureza política, ocultando o caráter de endoutrinar, escamoteia o propósito real: coerção sem uso da força. Fortalecendo a ilusão de uma escola salvacionista, floresce no imaginário social, com amplo apoio das famílias, a ideia de que

todos os problemas serão resolvidos de forma imediata, sem considerar problemas (outros) da educação de uma sociedade de massa. Incapazes de tratar a essência do problema, atribui-se a responsabilidade a gestão escolar, cujas obrigações são demarcadas por organismos internacionais que estabelecem critérios, que por vezes não tem equivalência com as necessidades locais. Um olhar mais atento à realidade revela a urgência para uma educação escolar de qualidade democrática, social. O que em última análise leva ao oposto do projeto de educação militar.

Para avançar na compreensão, a análise apresentada baseou-se em conceitos apresentados por Foucault em alguns de seus textos clássicos, sobretudo, em categorias como discurso (usados para controlar e regular o comportamento humano), poder disciplinar (forma de poder exercida através de instituições como escolas), biopoder (forma como o poder é exercido sobre os corpos humanos) e considerar que toda realidade é complexa e dinâmica. Portanto, com todas as condições objetivas dadas, a maior vulnerabilidade pedagógica da escola militarizada é ser extremamente excludente, tendo como problema adicional a diluição dos aspectos democráticos e participativos o que pode ser prejudicial para a democracia e para a participação cidadã, indicando sua constituição contraditória.

Esperamos, assim, contribuir para novas possibilidades de pesquisas e de práticas educativas voltadas ao acolhimento da participação democrática como sustentáculo basilar da gestão democrática, de tal modo que possamos questionar o caráter homogeneizador de Políticas Públicas Educacionais cujos princípios não venha a defender a pluralidade que caracteriza a atual sociedade, pois, o sentido que nos interessa, é o de ruptura com esquemas centralizados, para compreender melhor o trabalho da escola, dos gestores, rompendo com a estrutura e a finalidade do exercício da opressão expresso na divisão social do trabalho entre diretor civil e diretor militar.

O campo de estudos da política pública educacional no país é, portanto, bastante dinâmico e fértil aos que desejam realizar pesquisas que problematizam questões sociais deste momento. Ainda assim, consiste em um grande desafio incluir as discussões sobre a militarização de escolas públicas em outras disciplinas do meio acadêmico, o que certamente poderia tornar as perspectivas teóricas mais polifônicas.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. M. Técnica Delphi: metodologia para pesquisas em educação no Brasil. **Rev. educ.** PUC-Camp., Campinas, v. 19, n. 1, p. 63-71, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/2616>. Acesso em: 29 ago.2023.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M. BRUAN, A. **Como as escolas fazem as políticas**. Ponta Grossa: Editora EEPG, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ed. Unijú, 2007. – 96p.
- BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 ago.2023.
- BRASIL. **Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm). Acesso em: 10 ago. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Disponível em: [http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto\\_n10004\\_de\\_5\\_de\\_setembro\\_de\\_2019\\_dou\\_pecim.pdf](http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf). Acesso em:10 ago. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.195-de-30-de-dezembro-de-2019-236099560>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BRASIL. **Manual das escolas cívico-militares**. Brasília: MEC, 2020.
- FRASSON, M. A Educação na tríplice Fronteira (BR, PY E AR): Tendências neoliberais. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], n. 43, p. 416-446, 2019. DOI: 10.26694/les.voi43.9586. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1081>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. tradução de Raquel Ramallete, Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. A microfísica do poder. 2a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

ITABUNA. **Lei. Nº 2.497, de 24 de Janeiro de 2020.** Estabelece normas para a cooperação técnica e financeira com a implantação do Projeto de Gestão Compartilhada entre o Município de Itabuna e a Polícia Militar da Bahia com inserção do vetor disciplinar nas Escolas do Município e, dá outras providências. Itabuna: Câmara Municipal, [2020], Bahia. Disponível em: <http://www.itabuna.ba.gov.br/diariooficial.html>. Acesso em: 10 ago. 2023

GUPTA, U. G., & Clarke, R. E. (1996). **Theory and application of the Delphi technique: a bibliography (1975-1994).** *Technological Forecasting and Social Change*, 53, 185-211. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162596000947>. Acesso em: 23 mai.2023

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa** v.46 n.159 p.38-62 jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtGy4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023

LIKERT, R. A Technique for the Measurement of Attitudes. **Archives of Psychology**, v. 140, p. 1-55, 1932.

LINSTONE, H. A., & TUROFF, M. (2002). **The Delphi method: Techniques and applications.** Addison Wesley Newark, NJ: New Jersey Institute of Technology. Disponível em: <https://web.njit.edu/~turoff/pubs/delphibook/index.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MENDONÇA, E. F. **Dossiê: Militarização das escolas públicas no Brasil. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça.** *RBPAE* - v. 35, n. 3, p. 594 - 611, set./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/96052n>. Acesso em: 10 abr.2022.

PALAZZO, J. *et al.* Os caminhos da educação básica na perspectiva da gestão democrática. **E-Revista Facitec**, v. 5, n. 2, 2011. Disponível em: [v. 5 n. 02 \(2011\) | e-Revista Facitec \(periodicoscientificos.com.br\)](https://periodicoscientificos.com.br). Acesso em: 16 nov.2022

POWELL, C. The Delphi technique: myths and realities. **Journal of Advanced Nursing**, 41(4), 376-382, 2003. Disponível em : <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12581103/>. Acesso em: 10 abr.2022.

SARAIVA, A. M. Alves; SOUZA, J. de F. A Formação Docente e as Organizações Internacionais: uma agenda focada na performatividade dos professores e na eficácia escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 1, p. 129-147, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.aesufope.com.br/PDF/saraiva-souza.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

THOMAS, J. R.; N., Jack. K. **Métodos de pesquisa em educação física**, 3.ed. São Paulo: Artmed, 2002.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas.1987

#### **HISTÓRICO**

*Submetido:* 30 de Set. de 2023.

*Aprovado:* 17 de Dez. de 2023.

*Publicado:* 17 de Jan. de 2024.

#### **COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:**

SANTOS. É, J.; PIMENTEL. G, S, R. Cegueira nossa de cada dia e teoria da panóptica: Política de militarização de escolas públicas. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v.28, n.56, 2024, eISSN: 2526-8449